COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 24 JANEIRO 88

1987: Resistência firme, diplomacia portuguesa hesitante

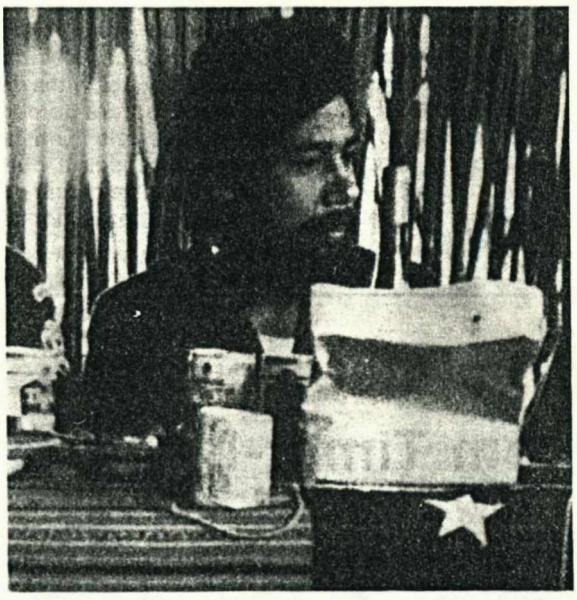
Como em todos os anos recentes, também no início de 1987, ao tecerem-se perspectivas para o futuro existiu a sensação de que seria um ano decisivo para a questão de Timor-Leste. A pesar de não ter sido ainda em 87 que se verificou qualquer confronto decisivo ou volte-face espectacular, não foi falho em novidades o ano que passou: na realidade, essas viragens históricas ocorrem como corolário do acumular de uma sucessão de pequenos eventos, cuja massa crítica é de crer que não esteja ainda reunida. Do jogo entrecruzado de sinais, por vezes contraditórios ou até ininteligíveis, há que tentar extrair os elementos analíticos que possam fornecer pistas necessárias para a preparação dum futuro que se pretende livre e independente para o povo maubere.

A **nível nacional**, o facto mais marcante do ano findo foi sem dúvida a constituição, na sequência das eleições de Julho, e pela primeira vez desde 74, de um Governo unipartidário apoiado por uma maioria parlamentar estável. A sintonia Governo/maioria A.R. implica uma desvalorização objectiva do papel político da A.R. e cria alguns receios quanto à intervenção que esta irá desempenhar na questão (a não designação de deputados para a Comissão Eventual para o Acompanhamento da Questão de Timor-Leste, volvidos que são quase 3 meses do início da legislatura, é um mau indício). É conhecido que o excelente trabalho produzido pela anterior Comissão Eventual: seria a todos os títulos perigoso e revelador de curtezas de vistas pretender restringi-lo sob o argumento de que **"a A.R. não tem que se imiscuir em política externa"** ou que Timor-Leste é assunto a ser discutido entre o Governo e o P.R. O Parlamento tem o seu domínio próprio de actuação neste campo e no âmbito da chamada "diplomacia informal" pode e deve prestar um importante contributo.

Outra consequência dos resultados eleitorais de Julho é a existência dum horizonte de vida plurianual para este Governo. Significa isso que é agora possível, pela 1.ª vez, a definição de uma estratégia diplomática de médio/longo prazo para Timor-Leste e o seu desdobramento consistente e articulado nas várias frentes de actuação da política externa protuguesa, rompendo com a tradicional prática do improviso.

De salientar em 87 foi o continuado empenhamento público da Presidência da República: em praticamente todas as deslocações ao estrangeiro ou em contactos com representantes diplomáticos em Portugal, o Presidente aproveitou a ocasião para se referir à questão. O efeito a longo prazo duma política activa deste tipo não é menosprezável. O ano findo assistiu também a um reforço da intervenção pública do Governo (pricipalmente do 1.º Ministro) sobre o problema: muitos furos abaixo da revelada pela Presidência em termos de empenhamento e continuidade, não foi além disso isenta de ambiguidades quanto ao conteúdo.

Um facto novo no marasmo dum certo (pseudo) consenso nacional é aquilo que parece prefigurar-se como sendo a génese de uma corrente de opinião pró-integracionista. Polarizadas em torno das posições pró-indonésias veiculadas pelo jornal **Tempo** e embora com cambiantes diversos quanto à solução política que preconizam, várias figuras públicas se pronunciaram ultimamente no sentido "pragmático" da aproximação à Indonésia. Ao invés de ser o fenómeno negativo que à primeira vista poderia parecer (por gerador de cisões) é possível que o demarcar de campos propiciado pelo evoluir da situação produza uma salutar clarificação de posições e um esclarecedor debate de ideias e de projectos.



Xanana Gusmão.
É nas montanhas de Timor-Leste que se decide o futuro do seu povo

Deverá ainda ser ressaltada a melhoria qualitativa do trabalho de solidariedade em Portugal durante o ano findo: audiência acrescida junto do poder como resultado da afirmação dum trabalho idóneo e regular, reforço da frente informativa (publicação regular ao longo do ano de 12 números do boletim mensal **Informação Timor-Leste**, do boletim bimestral **Em Timor-Leste a Paz é Possível**, em português e francês, editado pelo grupo do mesmo nome), maior capacidade de resposta a solicitações diversas. Tudo

Neste número:

- **1987: Resistência activa, diplomacia portuguesa hesitante**
- **Dia Internacional da Solidariedade com Timor-Leste**
- **Mochtar reconhece diplomacia defensiva**

isto tendo como pano de fundo a habitual carência em meios humanos e financeiros.

No **plano diplomático** a principal referência de 87 vai para o prosseguimento da via negocial entre Portugal e Indonésia. Estando a esgotar-se os temas de natureza imediatamente humanitária (chegada a Lisboa ao longo do ano findo de cerca de 400 timores), as negociações entraram na fase política, a parte realmente nevrálgica. É de salientar o acordo entre os dois países constante do relatório do S.G. da ONU à Assembleia Geral quanto à possível ida duma delegação parlamentar a Timor-Leste: trata-se do primeiro entendimento de natureza eminentemente política entre os dois Estados. A forma comprometida como o assunto foi apresentado cria sérias dúvidas sobre os desenvolvimentos futuros (ver **Informação Timor-Leste** n.º 21, Outubro 87).

Apesar das continuadas dificiências do trabalho diplomático português (completa falta de directivas e de coordenação) o ano findo foi um ano de avanços a nível institucional internacional. Citando apenas alguns factos: Subcomissão de Direitos Humanos da ONU (aprovação de uma resolução sobre Timor-Leste, o que não acontecia desde 1984), eleição de Portugal como membro permanente da Comissão dos Direitos do Homem, Reunião Interparlamentar em Banguecoque (aprovação de moção a favor da autodeterminação do povo maubere com maior número de votos favoráveis de sempre), Reunião ACP/CEE (introdução do tema pela primeira vez e resolução unânime final do mesmo teor sobre o mesmo), declarações públicas a favor de Timor-Leste produzidas por personalidades internacionais tão destacadas como um grupo de 40 senadores norte-americanos, o Presidente Mitterrand (a primeira vez que se referiu publicamente à questão) ou o Papa João Paulo II (as primeiras desde 84).

Quanto à **Resistência**, o ano de 87 marca o 12.º ano de luta armada contra o invasor. Nas difíceis condições em que esse combate se trava, a manutenção a um nível elevado da eficácia militar das FALINTIL é o principal factor a destacar, tanto mais importante quanto é perfeitamente claro que é em última instância nas montanhas de Timor-Leste que se decide o futuro do seu povo. Apesar da visão relativamente parcelar disponível sobre a situação militar, o balanço do ano findo é globalmente positivo: verificou-se no período o fracasso da operação "**Extermínio**" (que já vinha de 86), cujo principal objectivo confesso era a captura do comandante Xanana Gusmão, a tentativa do seu relançamento com a injecção de importantes meios logísticos e humanos no segundo semestre deste ano (agora sob o comando do coronel Soenarto), o abate de dois helicópteros indonésios pela guerrilha, para além de elevadas baixas causadas ao invasor. As declarações do general Murdani mesmo no final do ano, durante a sua visita de Natal ao contingente militar indonésio estacionado em Timor-Leste, no sentido de que levaria ainda muitos anos a eliminar a guerrilha, apenas confirmam o que se disse acima.

De grande importância foi a manutenção ou mesmo melhoria, dos canais informativos existentes entre Timor-Leste e o mundo exterior. A abertura de novas vias de circulação clandestina de informação, o aumento quantitativo e principalmente qualitativo desses fluxos, a rapidez com que esta informação chega agora ao exterior, são as agradáveis novidade do ano de 87.

Um fenómeno novo no ano que findou diz respeito à criação ou reforço de uma nova frente de luta do povo maubere, a que chamaremos (à falta de melhor designação) "frente urbana". Trata-se da multiplicação de acções de protesto em centros urbanos (principalmente Dili) envolvendo estratos intermédios da população como comerciantes e estudantes: as manifestações estudantis em Dili em 14 de Julho que culminaram na destruição parcial de edifícios públicos, a mobilização de elevado número de participantes em acções de culto religioso em que não é difícil vislumbrar intuitos de protesto político, como é o caso das procissões da "Senhora Peregrina" em Ermera em Agosto — com 35.000 participantes — o hastear da bandeira portuguesa na noite de Natal, em Dili, são alguns exemplos. Reivindicando-se dos mesmos princípios políticos por que se guia a resistência armada, estas movimentações parecem estar a encontrar expressão organizativa numa série de órgãos de coordenação específicos (conselhos, comissões) e assumir formas de luta próprias.

Da análise dos documentos teóricos produzidos em 87 pela Resistência parece poder induzir-se ter-se verificado desenvolvimento no processo de autonomização relativamente aos tradicionais "tutores" ou referenciais (reais ou imaginários) da luta de libertação em Timor-Leste: Portugal e Igreja Católica. Baseado no princípio de "**contar com as próprias forças**" este lento processo de emancipação traduz o amadurecimento político e ideológico da resistência e a consciencialização crescente da necessidade de afirmação autónoma.

Embora date de 86, o ano findo veio confirmar o positivo impacto da inciativa política que foi a **Convergência Nacionalista** firmada entre a FRETILIN e a UDT. Para além do importante efeito público em termos de imagem que decorre do surgimento dum interlocutor único (ou unificado), existem efeitos de sinergia não desprezíveis ao nível da capacidade de realização de acções concretas, nomeadamente junto da comunidade timor no exílio. □

Dia Internacional de Solidariedade com Timor-Leste

Uma memória, uma vivência, um apelo, o 7 de Dezembro de 1987 uniu timorenses, portugueses e australianos num sentimento e numa acção comuns.

Dia 7 de Dezembro é:

- *— o décimo segundo aniversário da bárbara invasão militar indonésia de Timor Leste;*
- *— o início do sofrimento, das torturas e massacres praticados pelos soldados indonésios contra o Povo Maubere;*
- *— doze anos de luta armada contra a vil ocupação militar Indonésia;*
- *— o dia, onde, o Povo Maubere escreve a sua história com sangue;*
- *— o dia da condolência, da memória dos heróis que tombaram para sempre pela libertação e defesa da sua Pátria e do seu Povo;*
- *— o dia internacional da solidariedade com o Povo de Timor Leste.*

Doze anos completos em que o Povo Maubere, através da resistência armada:

- *— reafirma a sua rejeição à presença colonial-expansionista Indonésia;*
- *— reafirma a sua rejeição à integração imposta da sua Pátria;*
- *— defende a sua identidade nacional, a qual a Indonésia defendeu há quatro décadas atrás contra os Holandeses;*

— *constrói o seu futuro como uma nação livre e independente igual à de todos os países do mundo.*

Sete de Dezembro recorda os doze anos de insucessos dos projectos arquitectados pelos generais indonésios para exterminação total dos guerrilheiros da libertação; doze anos em que a Indonésia revela a sua impotência militar e diplomática em extinguir internamente e externamente o problema de Timor Leste.

Sete de Dezembro é o dia de Solidariedade com o Povo de Timor Leste, é o dia em que todos os Timorenses nacionalistas espalhados de lés-a-lés da esfera terrestre devem tomar a consciência da Unidade Nacional que há-de determinar a vitória da sua luta.

Apelamos a todos quantos estão sintonizados e interessados pelo sofrimento do Povo Maubere, para continuarem a exercer pressão para a inclusão dos representantes do Povo de Timor Leste nas conversações que decorrem entre Portugal e Indonésia, sob mediação do Secretário-Geral da ONU, e pressionarem também sempre o Governo Indonésio para ceder rápido o "êxit permit" aos quatro estudantes Timorenses a fim de abalarem rumo a Portugal.

Apelamos aos países amigos que respeitam a soberania de um Povo, que defendem o direito do Povo Maubere oprimido e reprimido pela força, para dar o máximo contributo na solução ao problema de Timor Leste. Para todas as Organizações dos Direitos Humanos, Religiosas, que estão envidando esforços para uma solução justa do problema de Timor Leste;

Apelamos aos Povos que apoiam directamente a luta de Libertação do Povo Maubere em geral e, especialmente aos Povos Português, Australiano vizinho, Países de expressão portuguesa, povo Americano, etc., para pressionarem os respectivos Governos na realização de soluções tomadas internacionalmente acerca do caso de Timor Leste.

Indonésia, 7 de Dezembro de 1987

Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Católicos Timorenses Estudando na Indonésia e Timor Leste

★

DIA INTERNACIONAL DE SOLIDARIEDADE COM O POVO DE TIMOR LESTE

Há 12 anos a Indonésia invadiu e ocupou pela força o território de Timor-Leste. No seguimento de uma campanha de intimidação psicológica e de provocação militar nas zonas da fronteira, Dili foi brutalmente acordada às 4h. da manhã do dia 7 de Dezembro de 1975, violada por forças terrestres, marítimas e aéreas, que traziam em si o sinal dos desejos do ocupante: o genocídio do povo maubere, a expansão territorial como forma de domínio geo-estratégico.

12 anos volvidos, o povo maubere continua a resistir porque sabe que "é um povo e tem uma Pátra: Timor Leste". A Indonésia persiste numa ocupação colonial que não consegue consumar e recorre sistematicamente à violação dos mais elementares direitos dos homens e dos povos. A comunidade internacional, minada pelo virus dos interesses económicos e militares, vem recobrando forças para exigir o reconhecimento dos direitos do povo de Timor Leste.

12 anos vividos numa luta pela sobrevivência e pela afirmação da identidade nacional maubere espelham uma evidência: não há uma solução política negociada, ponto para um efectivo exercício do direito à autodeterminação.

Aí se insere, hoje, a responsabilidade que, constitucionalmente, cabe ao Estado Português. Aí entronca a responsabilidade que, moralmente, cabe a todos nós, a cada um de nós, cidadãos portugueses. A solidariedade com o Povo de Timor Leste é uma responsabilidade nacional.

Lisboa, 7 de Dezembro de 1987
Direcção Geral da
Associação Académica de Coimbra

O dia 7 de Dezembro foi assinalado, nomeadamente em Portugal e na Austrália, através de diversas iniciativas.

A tomada de posição da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra foi expressa numa conferência de Imprensa convocada para dar conhecimento do balanço das actividades em que se traduziram os dois dias de Conferências, levadas a cabo no âmbito das comemorações do seu 1.º Centenário.

Eram objectivos da iniciativa:

— *focar os obstáculos à autodeterminação do povo de Timor, nomeadamente denunciando os interesses da Indonésia na anexação daquele território;*
— *contribuir para o esclarecimento da opinião pública e sensibilizá-la para o problema, começando pela nossa população estudantil.*

Os debates iniciaram-se no dia 4 de Dezembro num encontro das Associações de Estudantes das várias Universidades convidadas, com os representantes da FRETILIN e da UDT, respectivamente Dr. Abílio Araújo e Dr. Paulo Pires.

No dia 5 de Dezembro, focando a responsabilidade nacional de vários órgãos quanto à solução do problema de Timor Leste, foram oradores: Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Dr. Rui de Alarcão, Provedor de Justiça, Dr. Almeida Ribeiro, Dr. Lucas Pires, deputado ao Parlamento Europeu, Dr.ª Luísa Teotónio Pereira, coordenadora da Comissão para os Direitos do Povo Maubere, jornalista Adelino Gomes, Comandante José Manuel Cabral, da secção portuguesa da Amnistia Internacional e António Vilhena, membro da D.G. da A.A.C.

No final, a D.G. da Associação Académica de Coimbra divulgou um Apelo:

Perante este quadro, julgamos ser necessária uma intervenção mais conjugada entre os órgãos institucionais. A causa do povo Maubere é também um desafio à nossa diplomacia.

É urgente encontrar uma solução para o povo de Timor Leste, desde que tenha em conta os seus reais interesses. Pensamos ser importante o facto de termos nos próximos 3 anos (88, 89 e 90) um representante na Comissão dos Direitos do Homem nas Nações Unidas, para uma maior intervenção junto daquele órgão.

Apelamos a S. Ex.ª o Presidente da República, Dr. Mário Soares, ao Sr. Primeiro-Ministro, Prof. Cavaco Silva, bem como à Assembleia da República para, **em conjunto,** *encontrarem uma solução honrosa para os Timorenses e para Portugal, não esquecendo que a constituição da República Portuguesa consagra no artigo 297 o direito à autodeterminação do povo Maubere.*

Apelamos ainda ao Secretário-Geral da ONU para desenvolver todos os esforços necessários junto da Comunidade Internacional, de forma a que este drama que choca a humanidade tenha o seu fim.

Na Austrália realizou-se, no dia 5 de Dezembro, uma manifestação em Sydney, frente ao consulado indonésio. No dia 7, uma outra manifestação em Camberra começou junto ao edifício da Embaixada indonésia e terminou na área do Parlamento australiano. Aí se juntaram muitos timorenses vindos de várias cidades australianas e foram oradores o presidente do Grupo de Parlamentares para Timor-Leste, deputado Tony Lamb, o deputado do Northern Territory, Warren Showbon, o deputado Ken Fry, e dirigentes da FRETILIN e da UDT. No dia seguinte, o representante da FRETILIN na Austrália, Agio Pereira, foi entrevistado durante 15 minutos pelo canal de televisão ABC.

Diversas iniciativas assinalaram igualmente o dia 7 de Dezembro noutras cidades onde há uma presença significativa da comunidade timorense: Melbourne, Perth. Darwin, Adelaide e Brisbane. □

Mochtar reconhece diplomacia defensiva

Segundo notícia difundida pela Rádio Indonésia em 19 de Novembro passado, o ministro Mochtar terá dito perante uma Comissão Parlamentar que, desde 1983, a Indonésia vem actuando no problema de Timor-Leste segundo duas perspectivas: realizando trabalho de bastidor para fazer face a uma possível votação nas Nações Unidas e encetando contactos e o diálogo com Portugal, sob os aupícios do Secretário-Geral da ONU, para encontrar "**uma solução aceitável para Portugal e para a comunidade internacional**". Para Mochtar, a política diplomática seguida pelo seu país para Timor-Leste nas Nações Unidas é "**defensiva**". Uma política ofensiva será "**um grande risco porque vários países que agora nos apoiam podiam não apoiar uma resolução patrocinada pela Indonésia com o objectivo de considerar a questão resolvida**". Esta afirmação do MNE indonésio sugere claramente que tal tentativa já foi feita pelas autoridades de Jacarta mas que terá encontrado pouca receptividade: o problema de Timor-Leste permanece o calcanhar de Aquiles do regime indonésio.

Mochtar: "Aspirações internacionalistas" na "defensiva"

Este sabe que a continuada guerra colonial que vem mantendo naquele território, assim como na Papua Ocidental, vai tendo uma acção erosiva sobre a sua imagem externa, no momento em que, internamente, "**alguns começam a sentir que é tempo de a Indonésia desempenhar um papel internacional mais de acordo com a sua dimensão**" (Dewi F. Anwar, **Far Eastern Economic Review**, 10/12/87).

Estas "**aspirações intenacionalistas de parte crescente da elite política indonésia**" (art. cit.) há muito que vêm caracterizando a política externa daquele país e estiveram na base, precisamente, da invasão e ocupação militar de Timor-Leste.

É certo que a Indonésia procura hoje ganhar a hegemonia na área, disputando-a à sua rival a Austrália, através de uma política menos militarizada mas nem por isso menos agressiva. Hoje, a sua hábil diplomacia apresenta-se ao mundo "**com uma política internacional activa independente e não-alinhada**" (**Kompas**, 13/11/87), procurando ora servir de medianeira em conflitos regionais (caso do Cambodja) ora como paladina da causa dos povos oprimidos e das minorias ameaçadas.

A oposição à presença colonial francesa na Nova Caledonia tem tido, por parte da Indonésia, um forte apoio nos vários **fora** e em particular nas Comissões da ONU. Do mesmo modo, o agora brigadeiro Rabuka tem recebido um discreto, mas visível, apoio desde o seu golpe militar nas Fidji (ver **Informação Timor-Leste** n.º 23, Dezembro 87). Qualquer destas atitudes visa ganhar dividendos junto dos pequenos, mas importantes, Estados do Pacífico Sul transmitindo uma imagem protectora e libertadora e procurando assim fazer esquecer a sua próprio prática colonialista na Papua Ocidental e em Timor-Leste.

Por outro lado, a Indonésia tem procurado vincar bem na sua diplomacia uma grande independência perante as superpotências, como convém, aliás, a um candidato à presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

No seu relatório ao Congresso norte-americano sobre as posições de voto na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1986, o embaixador Vernon Walters estabeleceu uma lista de países segundo a percentagem de votações coincidentes com a dos EUA em dez questões consideradas chave e seleccionadas pela sua especial importância para os interesses de Washington. Nesta lista a Indonésia ocupa os últimos lugares com 13,2% de votações coincidentes sendo ultrapassada na área apenas pela India (10,1%). Esta independência face às superpotências e de aparente solidariedade com os Estados do Pacífico está igualmente traduzida nas propostas de criação de uma Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade, ZOPFAN (**Zone of Peace, Freedom and Neutrality**) e de uma Zona Livre de Armas Nucleares NWFZ (**Nuclear-Weapons Free Zone**) avançadas pela Indonésia aos seus parceiros da Asean (Filipinas, Brunei, Malásia, Singapura e Tailândia).

Como reconhece o já citado Dewi F. Anawar, investigador no Instituto Indonésio das Ciências, "**o apoio indonésio à ideia de uma Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade (ZOPFAN) no Sueste Asiático tem sido muitas vezes interpretado como significando que, com a partida das superpotências — condição de Jacarta para a ZOPFAN — a Indonésia teria as mãos livres para se afirmar na região**".

Na prática, o conflito na Indochina tem bloqueado por completo a ideia da ZOPFAN. E a NWFZ, que tem mais hipóteses de ser implementada dado o seu carácter recuado limita-se a assegurar que nenhum dos países seus signatários permitirá que o seu território seja utilizado para o estacionamento de armas nucleares, não impedindo porém, se quer, a utilização dos seus portos por navios que as transportem.

Uma outra manifestação não menos sintomática das "**aspirações internacionalistas**" da "**elite política indonésia**" veio a público em Novembro passado quando o antigo MNE da Papua Nova Guiné (PNG), Ted Diro, reconheceu perante uma Comissão de inquérito governamental que tinha recebido cerca de 140.000 dólares americanos do chefe das Forças Armadas indonésias, gen. Benny Murdani, para financiar a campanha eleitoral do seu partido, o Partido de Acção Popular, nas eleições gerais de Julho desse ano. O dinheiro ter-lhe-ia sido entregue pelo adido militar indonésio na PNG. Ted Diro, enquanto MNE, notabilizara-se em Maio do ano passado ao subscrever as teses australianas de que a Líbia estaria a financiar e a treinar movimentos independentistas da área, nomeadamente a FLNKS (Nova Caledónia) e a Fretilin, o que foi prontamente desmentido por esta organização.

Entretanto, no mesmo mês de Novembro, os EUA e a PNG assinavam um acordo de cooperação defensiva que prevê a permanência, por um período de três semanas, de 20 conselheiros militares norte-americanos das forças especiais naquele país. O acordo, segundo as agências noticiosas arrancará nos princípios deste ano. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel.: 57 47 18/54 13 08 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Graficas, Lda **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n. 112 094

Depósito Legal n.º 25.317